



OAB Nacional vai fazer Caravana no país para defender prerrogativas

A Ordem dos Advogados do Brasil vai adotar uma estratégia especial para garantir a defesa das prerrogativas profissionais dos advogados. Em uma caravana que vai passar por todas as seccionais do país, a entidade vai fazer audiências públicas sobre o tema, e pretende fazer com que o Estatuto da OAB seja ensinado nas universidades e cobrados nos concursos para a magistratura e promotoria.

A iniciativa foi motivada pelo constante desrespeito às prerrogativas que a entidade tem identificado em todo o país. Segundo o presidente nacional da OAB, **Ophir Cavalcante**, advogados não têm sido recebidos por autoridades e têm sido maltratados, "em relações que caracterizam abuso de autoridade que não tem sido tratadas como se gostaria".

O presidente explicou que a estratégia faz parte da função corporativa da OAB e que a "exteriorização da autonomia e independência da advocacia se dá através das prerrogativas profissionais, que são direitos não só dos profissionais, mas deles na defesa do cidadão".

As iniciativas são diversas. No projeto da "Caravana de Defesa das Prerrogativas dos Advogados" a OAB Nacional visitará os conselhos seccionais distribuídos por todo o país e promoverá audiências públicas para conversar com os advogados sobre o tema. Junto com a seccional, a entidade pretende dar andamento a casos de desrespeito emblemáticos em que pode atuar mais efetivamente.

Além disso, deve ser implantada, em cada seccional, um centro de defesa de prerrogativa, formado por advogados voluntários e contratados pela entidade para participarem, inclusive, de ações judiciais na defesa das prerrogativas.

Segundo Ophir, essa estratégia de trabalho começa nas universidades. Com o projeto "OAB na Universidade" a entidade pretende, através da Comissão de Defesa das Prerrogativas, difundir o conhecimento de seu estatuto (Lei 8.096/94) por considerar importante que o aluno, como futuro operador do direito "tenha contato com os direitos e deveres dos advogados para poder compreender sua função, reconhecida constitucionalmente como essencial à Justiça".

O objetivo do projeto é que o Estatuto da OAB passe a ser tema obrigatório e matéria autônoma nos cursos de graduação. Atualmente, essa matéria ou é optativa ou é tratada na matéria de deontologia jurídica.

Segundo o presidente da OAB, a entidade também pretende pleitear junto ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público que o Estatuto seja cobrado nos concursos para juízes e promotores, com o objetivo de prepará-los para o contato que terão com os advogados e evitar desrespeitos.



Esses projetos se relacionam aos interesses defendidos pelo OAB no Congresso Nacional de que a pena do crime de abuso de autoridade, nos quais acontece a violação às prerrogativas profissionais seja aumentada e que a Ordem, assim como outros conselhos profissionais, seja legitimada para representar as autoridades que desrespeitam as prerrogativas profissionais. Atualmente, só o Ministério Público tem essa legitimidade.

Date Created

13/03/2011